

Neoliberalismo e a actual crise económica: a negociação do apoio financeiro na Irlanda

É COMUM OUVIRMOS referências ao neoliberalismo como culpado da crise económica e financeira que a Europa atravessa desde meados de 2007. Também se tornou habitual ouvir que a actual crise económica é uma crise do neoliberalismo. Perante isto urge contribuir com uma tentativa de clarificação em torno do conceito de neoliberalismo. Um conceito invasor dos discursos (científicos, políticos, mediáticos, económicos e comuns) mas que poucas vezes se revela esclarecedor. Afinal do que falamos quando nos referimos a neoliberais? Mais do que encontrarmos culpados para a crise actual, interessa analisarmos as soluções que nos são hoje apresentadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em conjunto com a União Europeia (UE), para a crise financeira de alguns países europeus em particular, mostrando os princípios neoliberais que as norteiam. Independentemente da discussão normativa sobre a qualidade dos pacotes de medidas de intervenção, pretende-se contribuir para o seu enquadramento ideológico. Isto porque se admite que “a ideologia está presente na mente matemática, assim como na que é alérgica à matemática” (Schumpeter, 1948).

O neoliberalismo

O conceito de neoliberalismo é tudo menos sucinto e homogéneo.¹

Primeira distinção fundamental, não confundir neoliberalismo com liberalismo. O liberalismo é associado ao movimento iluminista, da segunda metade do século XVIII, e é considerado um pensamento herdeiro do humanismo, valorizando a relação entre o ser humano e a razão e afastando-se da fé. A razão seria a explicação do universo e da realidade, afastando interpretações de carácter religioso ou mitológico. A emancipação do indivíduo é alcançada por ele próprio através do conhecimento, abrindo as portas ao fim de determinismos vários.

Segunda distinção fundamental: o século XX e a reconfiguração do termo liberalismo.

O século XX, período de intensa coincidência de desenvolvimentos científicos, tecnológicos

e de transformações económicas e sociais, é produtor de uma profunda bifurcação do termo liberalismo, ou de uma reconfiguração

do conceito. Por um lado, emerge o alerta em torno do falso iluminismo (Adorno e Horkheimer, 1999), isto é, sobre a promessa não cumprida pelo investimento na razão, no conhecimento, no desenvolvimento tecnológico enquanto produtores de emancipação individual e colectiva, tal como o projecto iluminista imaginara.

Por outro lado e ao mesmo tempo, ignorando o apelo reflexivo, assiste-se à evocação de

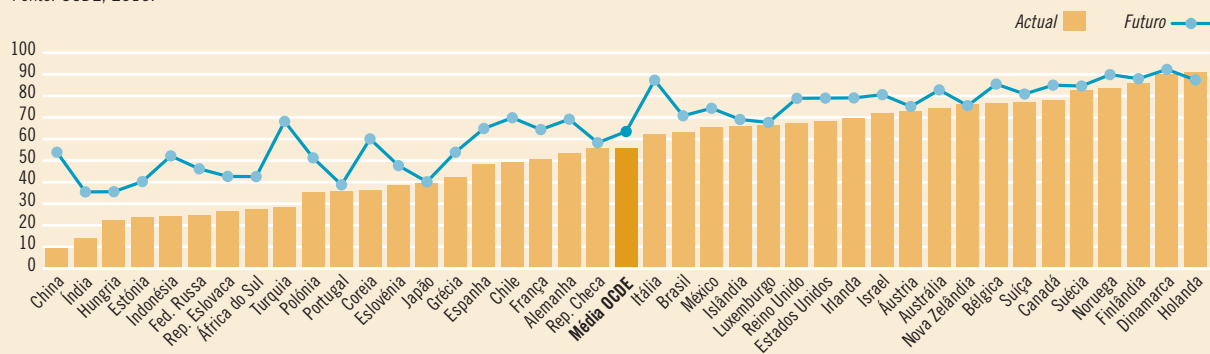
argumentos herdados do liberalismo antigo como justificação e explicação espontânea da realidade, das suas transformações e das consequências de tais processos de mudança. A razão e o ideal do indivíduo livre tornam-se determinismos e ideias totalitárias.

É neste contexto que o termo liberalismo passa a ser associado à teoria económica neoclássica, reiterando e explorando a ideia individualista do iluminismo, mas afastando-se dos

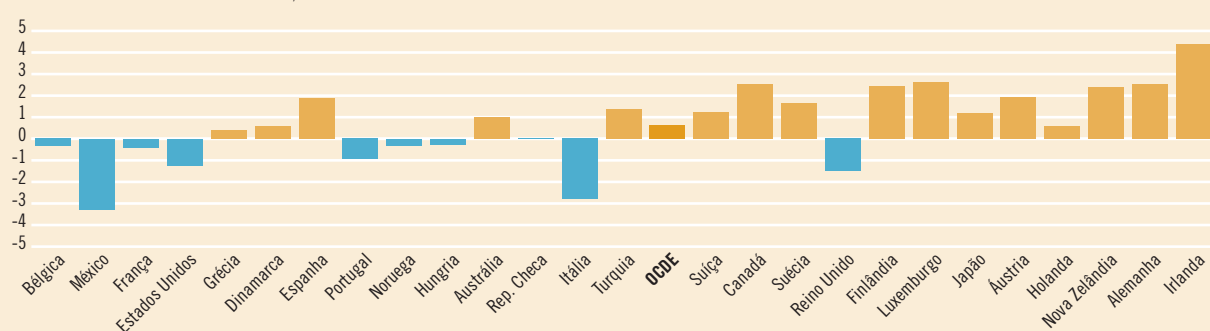
ALGUNS INDICADORES DE ENQUADRAMENTO DA IRLANDA

De acordo com a OCDE, a Irlanda encontra-se em 14.º lugar no que diz respeito ao nível de satisfação da população (dados de 2009). Contudo, é na Irlanda que a pobreza na última década mais tem aumentado, assim como é um dos países da OCDE com mais elevada taxa de pobreza.

Respostas considerando elevada a avaliação da qualidade de vida como um todo (Em percentagem do total de respostas, 2009 ou último ano disponível).
Fonte: OCDE, 2010.

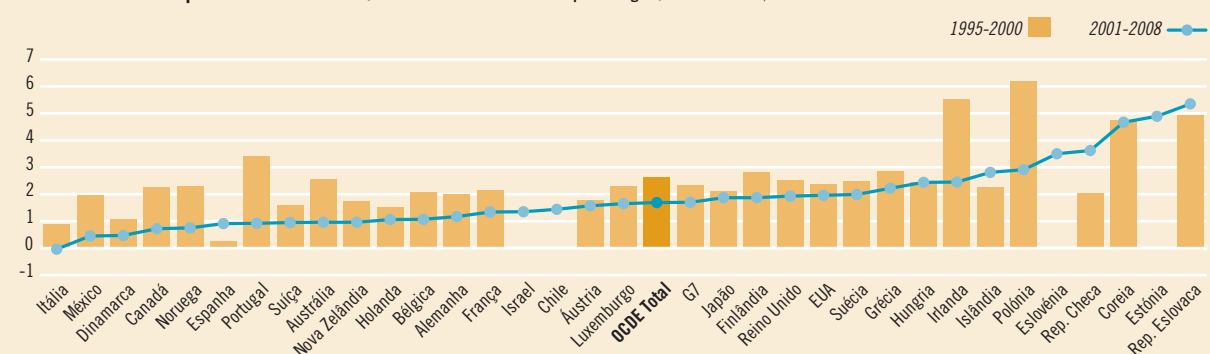


Tendências na desigualdade de rendimento (variação por pontos percentuais segundo o coeficiente de Gini).
Fonte: OECD Factbook 2010: Economic, Environmental and Social Statistics - OECD © 2010 - ISBN 9789264083561.



Estes indicadores coexistem com um elevado crescimento económico e, sobretudo, um aumento da produtividade do trabalho a uma taxa muito elevada. Por estas razões, a Irlanda foi apresentada na última década como um modelo de desenvolvimento económico.

Crescimento do PIB por hora trabalhada (taxa anual de crescimento em percentagem). Fonte: OCDE, 2010.



A actual crise económica que o país atravessa tem, contudo, contribuído para o repensar deste modelo de desenvolvimento. Efectivamente, as autoridades concordam que o desenvolvimento da Irlanda se deveu a um sector financeiro sobredimensionado. A solução para esta crise financeira passa, de acordo com o novo plano de reformas, pela primazia ao funcionamento livre do mercado e pela intervenção do Estado no sentido de garantir esse funcionamento.

princípios humanistas. A partir daqui é também designado de liberalismo económico e alguns dos seus representantes fizeram parte da Escola de Chicago a partir da década de 1960, que em comum tinham a defesa da iniciativa privada e a economia teórica neoclássica. Terceira distinção fundamental: liberalismo na Europa e nos EUA.

Liberalismo no sentido europeu opõe-se ao conceito de estatismo, tal como na teoria económica neoclássica. O liberalismo económico promove o funcionamento livre do mercado com a menor intervenção do Estado. Por outro lado, de acordo com a interpretação norte-americana, liberalismo pode ser associado a maior liberdade em termos de costumes morais. Neste sentido, liberalismo opõe-se a conservadorismo.

“ [...] na visão neoliberal a intervenção do Estado é essencial para que todos os indivíduos sejam coagidos a reagir de acordo com as regras económicas neoclássicas. Deste modo o neoliberalismo é identificado como uma variante autoritária da tradição liberal. ”

Quarta distinção fundamental: de liberalismo a neoliberalismo.

O conceito de neoliberalismo, por sua vez, resulta de uma actualização do conceito de liberalismo tal como ele é percebido na Europa. Essa actualização centra-se, sobretudo, na redefinição do papel do Estado, recentrando a sua importância e transformando-o em peça chave na reprodução do pensamento e ideais neoliberais. A origem europeia do conceito deve-se à influência filosófica de F. Hayek em Abril de 1947, na reunião de pensadores (neo)liberais em Mont Pélerin na Suíça. Este grupo tinha como objectivo discutir e formular os princípios gerais de uma nova forma de liberalismo económico e social e ainda hoje representa os princípios do neoliberalismo. Para além da total aceitação do individualismo metodológico, centrando-se na iniciativa privada e na liberdade individual, o papel do Estado passa a ser definido: na visão neoliberal a intervenção do Estado é essencial para que todos os indivíduos sejam coagidos

a reagir de acordo com as regras económicas neoclássicas.² Deste modo o neoliberalismo é identificado como uma variante autoritária da tradição liberal.³ Esta derivação autoritária torna-se mais clara se percebermos que a redefinição do papel do Estado significa uma transformação radical do ideal democrático: a legitimidade do poder do Estado ficaria indexada ao funcionamento do mercado neoliberal. Isto é, as intervenções políticas ficariam limitadas à aplicação bem sucedida de modelos económicos neoliberais. Teríamos a produção de uma democracia de mercado reforçando a segunda via da bifurcação conceptual de que já falámos.

As medidas neoliberais

Enquanto os ideais liberais não procuram a intervenção do Estado na economia, os neoliberais deverão estar presentes nas estruturas políticas e económicas dos países e das organizações internacionais.

A actual crise económica em alguns países da área do euro tem sido resolvida através de pacotes de financiamento por parte de autoridades transnacionais. Este foi o caso, até ao momento, da Grécia e Irlanda, que recorreram ao financiamento conjunto do FMI/UE, entre outros acordos bilaterais. Em contrapartida, os credores deverão procurar garantir que o seu capital lhes é reembolsado e o acordo garantido. Para isso é estabelecido um acordo com as autoridades nacionais sobre os planos de pagamento mas também sobre um conjunto de medidas políticas que deverão ser implementadas. No caso da Irlanda, as autoridades formularam um Plano Nacional de Recuperação onde se estabelecem as linhas de orientação para os orçamentos de 2011 e seguintes, em cooperação com FMI/UE. Existem duas linhas básicas de intervenção na economia irlandesa: o sector bancário e a economia real. No primeiro, procura-se reduzir a dimensão do sector bancário, aumentando a sua robustez. A intervenção na economia real deverá eliminar os obstáculos ao contexto empresarial irlandês no sentido de contribuir para aumentar a concorrência e suportar o crescimento.

Vejam os seguinte conjunto de reformas estruturais:

[...] *iii. Reformas estruturais*

Aumentar o crescimento do sector interno de serviços.

O governo irá introduzir alterações legislativas para remover as restrições ao comércio

e à concorrência em sectores privilegiados, incluindo.

• *As profissões no sistema judicial, estabelecendo um regulador independente para a profissão [...] e as recomendações da Autoridade da Concorrência para reduzir os custos legais.*

• *Serviços médicos, eliminando restrições no número de profissionais, qualificando e removendo restrições nos profissionais que desejem tratar pacientes públicos[sic], assim como as restrições na publicidade.*

• *Profissão farmacêutica, assegurando que a recente eliminação do mark-up de 50% pago por medicamento de acordo com o Esquema Estatal de Pagamento de Medicamentos seja aplicada. [...]*

(Ireland's Memorandum of Understanding on Specific Economic Policy Conditionality, November 28, 2010).⁴

O reconhecimento da importância da iniciativa privada não é questionável pela economia dominante (de inspiração neoclássica). Contudo, a redefinição do papel do Estado nas áreas da Justiça e da Saúde apelam a uma clara intervenção neoliberal. Na justiça, a redefinição do papel do Estado é no sentido de educar todos os agentes económicos a funcionar de acordo com as leis de mercado, coercivamente. Na saúde, onde a intervenção do Estado promove as externalidades positivas e ainda protege os indivíduos de algumas regras da concorrência, a intervenção neoliberal é no sentido de afastar o Estado, por exemplo: levantamento de tradicionais restrições

Notas

¹ Mirowski e Plehwe (2009) apresentam uma análise abrangente das diferentes interpretações do conceito de neoliberalismo consoante as tradições nacionais, divergindo em termos geográficos e nas implicações intelectuais do conceito.

² Esta é uma distinção essencial também no seio da Escola de Chicago. Enquanto os liberais, como Simons e Knight, consideram que a economia deve funcionar com a mínima intervenção do Estado, os neoliberais como Friedman procuram que todos os agentes sejam educados a reagir de acordo com as regras económicas.

³ O tópico de discussão da Sociedade Mont Pélerin para este ano é examinar o capitalismo autoritário como uma alternativa viável à versão liberal do Ocidente para promover o crescimento económico e o desenvolvimento no longo prazo.

⁴ Tradução dos autores.

⁵ 15% da população irlandesa com mais de 15 anos é obesa, o que coloca a Irlanda nos 14 países da OCDE com maior obesidade.

Referências bibliográficas

“Ireland's Memorandum of Understanding on Specific Economic Policy Conditionality”, *Ireland: Request for an Extended Arrangement—Staff Report; Staff Supplement; Staff Statement; and Press Release on the Executive Board Discussion*, IMF Country Report No. 10/366, December 2010.

(à publicidade) em torno de medicamentos que possam promover utilização abusiva por parte das populações leigas; levantamento de barreiras à publicidade de alimentos altamente calóricos como estratégia de prevenção da obesidade.⁵ Assim, a intervenção do FMI/UE concentra os princípios neoliberais.

Adicionalmente, a economia irlandesa apresenta-se com as fragilidades, ao nível de indicadores sociais, que resultam do rápido crescimento económico das últimas décadas. Contudo, estes problemas sociais não são apresentados como objectivos nos novos planos de intervenção. A Irlanda tem uma das mais altas taxas de crescimento da pobreza dentro dos países da OCDE; contudo, uma das prioridades para a reforma estrutural do país irá permitir que a publicidade para a venda de medicamentos seja menos restritiva.

Conclusão

Tal como Caldwell (2010) sublinha, será que são os princípios do neoliberalismo que estão por detrás das novas medidas ou antes o neoliberalismo apoia as medidas que se opõem aos fracassos já reconhecidos? Independentemente da resposta, a estratégia que nos é apresentada pelas autoridades como o FMI e a UE é enquadrada nos princípios neoliberais. Ultrapassa a lógica liberal do século XX do livre funcionamento do mercado, pois procura impor uma nova definição de um Estado coercivo e de um Estado que se confunde com o mercado. ■

ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max (1999) — *Dialectic of Enlightenment*. London: Verso.
BRONFENBRENNER, M. (1962) — “Observations on the “Chicago School(s)”. In *The Journal of Political Economy*, 70 (1), (Fev., 1962), 72-75.
CALDWELL, Bruce (2010) — “The Road from Mont Pélerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective — Review”. *Reviewed for EH.Net by Bruce Caldwell*, Department of Economics, Duke University.
MILLER, H. Laurence (1962) — “On the “Chicago School of Economics””. In *The Journal of Political Economy*, 70 (1), (Fev., 1962), 64-69.
MIROWSKI, Philip (2002) — *Machine Dreams — economics becomes a cyborg science*. Cambridge: Cambridge University Press.
MIROWSKI, Philip e PLEHWE (eds.) (2009) — *The Road to Mont Pélerin: Making of the Neoliberal Thought Collective*. Cambridge: Harvard University Press.
ROUSSEAU, Jean-Jacques (2004) — *Discourse on the Origin of Inequality*. Nova Iorque: Dover Publications, Inc.
SCHUMPETER, Joseph (1948) — “Science and Ideology”. In *The American Economic Review*, 39 (2), (Mar., 1949), 345-359.
STIGLER, George (1962) — “On the “Chicago School of Economics”: Comment”. In *The Journal of Political Economy*, 70 (1), (Fev., 1962), 70-71.